

Contactos:

Telefone: +351 21 362 60 49
plataforma@plataformamulheres.org.pt
<http://plataformamulheres.org.pt/>

Centro Maria Alzira Lemos
Casa das Associações
Parque Infantil do Alvito, Estrada
do Alvito, Monsanto
1300-054 Lisboa

**PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS DAS
MULHERES**



PRESS RELEASE 13 FEV 2017

**CARTA ABERTA: MULHERES NA TOMADA DE DECISÃO
ECONÓMICA**

Proposta de Lei nº 52/XIII: estabelece o regime da
representação equilibrada entre mulheres e homens nos
órgãos de administração e de fiscalização das entidades do
setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa

A 16 de fevereiro de 2017 irá a votação a [proposta de Lei nº 52/XIII](#), que estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa.

Esta é uma Proposta de Lei importante para fazer avançar os Direitos Humanos das Mulheres em Portugal, pelo que **a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres mobilizou um amplo sector da sociedade portuguesa em torno de uma Carta Aberta** que, em três dias úteis, recolheu já a subscrição de mais de 57 organizações da sociedade civil organizada e de 120 pessoas individuais, mulheres e homens de todos os setores da sociedade portuguesa, entre as quais do setor empresarial, eurodeputadas, representantes e ex-representantes de Portugal em organizações internacionais, sindicalistas e ex-dirigentes da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

A lista em atualização das organizações e pessoas individuais subscritoras está disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/carta-aberta-as-subscricoes-em-atualizacao-ate-as-1600/>.

ANEXO: Carta Aberta: mulheres na tomada de decisão económica

CARTA ABERTA: MULHERES NA TOMADA DE DECISÃO ECONÓMICA

Proposta de Lei nº 52/XIII: estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa

A democracia, como lembrava Maria de Lourdes Pintasilgo, apenas pode ser paritária. E a democracia paritária exige uma igualdade perfeita: não apenas na lei e nas normas, mas na vida toda. A estratégia da paridade permite às mulheres o usufruto pleno da sua cidadania; como tal, a democracia paritária deve ser uma dimensão essencial da vida em democracia em Portugal, tão importante como o primado da lei ou a separação de poderes.

No próximo dia **16 de fevereiro** será votada na Assembleia da República a **Proposta de Lei nº 52/XIII, que estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa**

Este projeto-lei enquadra-se numa lógica de Democracia Paritária e de aprofundamento da nossa Democracia, e representa uma medida legítima há muito aguardada. Promover a igualdade de representação das mulheres e dos homens na tomada de decisão económica é um objetivo fundamental, pois a paridade na tomada de decisões é uma questão de representação democrática e de progresso social em matéria de democracia e direitos fundamentais.

A sobre-representação dos homens na tomada de decisão económica em Portugal tem sido flagrante: nas 17 empresas cotadas na bolsa portuguesa, a 30 de abril de 2016, todas têm um homem na presidência do Conselho de Administração, sendo esses conselhos compostos por 86% de homens, ou seja, mais de 4 homens por cada 5 membros dos conselhos de administração das referidas empresas^{[\[1\]](#)}.

Ainda de acordo com o Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional – 2015 (CITE), em 13 anos (2003-2016) o número de mulheres nos conselhos de administração das empresas cotadas na bolsa portuguesa aumentou apenas 10 pontos percentuais.

Mantendo-se as mesmas condições e variáveis, levará cerca de meio século a ser alcançada uma verdadeira paridade entre mulheres e homens em cargos de tomada de decisão económica, quando a paridade nas posições de poder económico é de vital importância quando se trata de justiça, democracia e crescimento sustentável.

Decisoras/es e líderes diversas/os representam melhor, compreendem melhor e respondem melhor aos desejos e necessidades das mulheres e dos homens na sua diversidade e estarão, por isso, mais recetivas/os a cultivar um novo estilo de liderança conducente à muito necessária transformação e mudança social.

Esta proposta enquadra-se num contexto de promoção de **medidas especiais temporárias**, ou seja, medidas legislativas de duração limitada que tenham por objetivo garantir o exercício, em condições de igualdade, dos direitos previstos na lei ou corrigir situações de desigualdade que persistem na vida social. A existência de tais medidas está expressamente prevista em instrumentos legais nacionais e internacionais que integram o nosso ordenamento jurídico.

As instituições e outras pessoas abaixo assinadas apelam, assim, ao voto favorável nesta Proposta de Lei e consideram, ainda, que esta Proposta deve ser vista no âmbito de um **conjunto abrangente de medidas de política** que abordem as causas da dominação masculina em posições de poder económico – que contribui grandemente para a disparidade salarial em Portugal -, e **que assegurem a igualdade salarial, que fomentem a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar para as mulheres e para os homens, e que contrariem a segregação profissional.**

[1] *Database of the EC on gender balance in decision-making positions*, disponível em http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/gender-decision-making/database/business-finance/supervisory-board-board-directors/index_en.htm)

13 de fevereiro de 2017

Para mais informações:

- Consulte a posição PpDM e das suas 25 organizações membro “Tomada de posição: Proposta de Lei nº 52/XIII que estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa”: <http://plataformamulheres.org.pt/ppdm-tomada-de-posicao-proposta-de-lei-no-52xiii-que-estabelece-o-regime-da-representacao-equilibrada-entre-mulheres-e-homens-nos-orgaos-de-administracao-e-de-fiscalizacao-das-entidades-do-setor-pub/>
- Sobre nós: <http://plataformamulheres.org.pt/sobre-nos/>

Contacte-nos:

Telefone: +351 21 362 60 49
plataforma@plataformamulheres.org.pt
<http://plataformamulheres.org.pt/>

Ana Sofia Fernandes
Tel: 961267827
e-mail:
sofia.fernandes@plataformamulheres.org.pt